



TERRITORIALIDADE DAS QUEBRADEIRAS DE COCO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA QUATIS, EM COELHO NETO-MA

Luana Magalhães Santos ¹
Pedro Igor Ferreira Pestana ²
Savio Jose Dias Rodrigues ³

RESUMO

O extrativismo do coco babaçu é parte da produção das identidades das mulheres quebradeiras de coco babaçu, em Coelho Neto-MA. Na comunidade quilombola Quatis, as mulheres têm realizado essa atividade, construindo seu território enquanto comunidade tradicional. A pesquisa tem como objetivo geral analisar acerca da produção das territorialidades camponesas das quebradeiras de coco. Para isso buscamos a definição de territorialidades relacionando com o fazer das identidades das quebradeiras de coco babaçu e quilombolas na comunidade. Quanto aos objetivos específicos foram: compreender a importância da territorialidade para as famílias da comunidade; e identificar as diferentes formas que as famílias usam a territorialidade. A metodologia ocorreu em etapas, onde na primeira etapa aconteceu a revisão bibliográfica e a segunda etapa a pesquisa de campo na comunidade, onde pudemos realizar entrevistas com as mulheres da comunidade, buscando a partir da memória a produção do seu cotidiano na experiência territorial. A pesquisa aponta a importância da natureza na produção das territorialidades das quebradeiras, em que o uso do cultivo da terra para subsistência, além do extrativismo compõem o território objetivo e subjetivo desse grupo. Dessa forma, fica evidente o quanto a questão da territorialidade é importante para as mulheres quebradeiras de coco e suas famílias, pois os mesmos fazem uso da terra para diversos fins, como a extração do coco babaçu realizado pelas mulheres e o cultivo de alimentos realizados pelos homens na roça.

Palavras-chave: Territorialidade, Quebradeiras de cocos, Comunidade quilombola Quatis.

ABSTRACT

The extraction of babassu coconuts constitutes a central element in the identity formation of the babassu coconut breakers in Coelho Neto, Maranhão. Within the quilombola community of Quatis, women have engaged in this practice as a means of sustaining their livelihoods while simultaneously shaping their territory as a traditional community. The overarching aim of this study is to examine the production of peasant territorialities among the babassu coconut breakers. To this end, the research seeks to conceptualize territoriality in connection with the identity-making practices of babassu coconut breakers and quilombola groups in the community. The specific objectives are: (i) to understand the significance of territoriality for the families of the community; and (ii) to identify the diverse ways in which families appropriate and mobilize territoriality. The methodological approach was structured in two stages: the first involved a bibliographic review, and the second comprised

¹Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, luanamagalhaessantos12345@gmail.com;

²Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Heypedru.f4@mail.com;

³Doutor em Geografia (UFC); Professor Liesafro/UFMA, PPGGEO/UFMA e PPGAFFRO/UFMA da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, savio.jose@ufma.br.



fieldwork in the community. During the latter, interviews were conducted with women, enabling the reconstruction of their everyday practices and territorial experiences through memory. The findings underscore the pivotal role of nature in the constitution of territorialities among the coconut breakers, where subsistence agriculture, alongside extractivism, delineates both the objective and subjective dimensions of their territory. Thus, the study demonstrates the extent to which territoriality is integral to the lives of babassu coconut breaker women and their families, as the land is employed for multiple purposes: the extraction of babassu coconuts by women and food cultivation by men in the fields.

Keywords: Territoriality, Babassu coconut breakers, Quilombola community of Quatis.

INTRODUÇÃO

O extrativismo do coco babaçu é parte da produção das identidades das mulheres quebradeiras de coco babaçu, em Coelho Neto-MA. A comunidade quilombola de Quatis, nesse município, as mulheres têm realizado essa atividade, construindo seu território de vida enquanto comunidade tradicional. Nesse contexto, os babaçuais são de suma importância para se pensar a reprodução familiar de grupos camponeses e quilombolas, sobretudo, os direitos as suas reproduções de existência de tradições e identidades, mas podendo aprender as melhores formas de subsistência, sem mudar usos e costumes (RAMALHO, 2015).

No contexto das comunidades tradicionais, um apontamento importante é que as comunidades quilombolas do Brasil têm uma identidade étnico-racial que se diferencia estruturalmente, por ter aspectos histórico-culturais associados à incorporação de informações de todas as regiões do Brasil (MACIEL e SANTOS, 2020), e aspectos históricos culturais que se diferenciam em cada região do Brasil. Logo, no Maranhão, com o trabalho escravizado que ocorreria em fazendas de algodão, arroz e também nas plantações de cana-de-açúcar. Teve como resultado que, às vésperas da Independência, o Maranhão tinha 55% das pessoas escravizadas do Império. Isso ocasionado pelo número elevado de trabalhadores escravizados, atualmente o Maranhão é o estado com maior número de comunidades negras quilombolas rurais do Brasil (FIABANI, 2009).

No Estado do Maranhão existem diversos Quilombos espalhados pelo seu território. A quantidade de comunidades negras quilombolas comprova que, na região, existiam muitos quilombos originados por escravos fugidos. Grupos estes que sobrevivem do cultivo da mandioca e do arroz, da caça, da pesca e da coleta (FIABANI, 2009). Tais comunidades passaram por lutas, conflitos pela posse de terra, resistência, processos esses de luta que continua existindo no dia a dia das comunidades quilombolas e que a resistência contra as tentativas de esbulho e a luta para recuperar terras são idem constante na história desses



grupos sociais (TRECCANI, 2005).

Desse modo, “as terras de Quilombos são territórios étnico-raciais de ocupação coletiva ancoradas na ancestralidade, na memória, na fé, no parentesco e em suas tradições e culturais próprias” (SANTOS *et al.*, 2024, p. 27), pois, a territorialidade desse grupo com a ocupação da terra utilizado para a agricultura de subsistência ou até mesmo para complemento da renda, visto que muitas comunidades dependem da terra para sobreviver.

A comunidade de Quatis se caracteriza enquanto grupo de quebradeiras de coco babaçu que se identificam como quilombolas, fazendo uso do seu território com o extrativismo da mata dos cocais na produção de suas identidades e vida concreta. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar acerca da produção das territorialidades camponesas desses grupos. Para isso buscamos a definição de territorialidades para identificar os elementos que compõem as territorialidades de quebradeiras de coco babaçu e quilombolas na comunidade. Quanto aos objetivos específicos foram: compreender a importância da territorialidade para as famílias da comunidade; e identificar as diferentes formas que as famílias usam a territorialidade.

A metodologia seguiu em etapas, onde a primeira etapa ocorreu a revisão bibliográfica e a segunda etapa pesquisa de campo na comunidade, onde pudemos realizar entrevistas com as mulheres da comunidade, buscando a partir da memória a produção do seu cotidiano na experiência territorial. Desse modo, os resultados mostraram que as 5 famílias dessa comunidade utilizam o cultivo da terra para subsistência, demonstrando o quanto é importante a terra para essas famílias.

METODOLOGIA

A área de estudo é o município de Coelho Neto localizado no estado do Maranhão, na mesorregião leste Maranhense, possuindo uma área territorial de 977,079 km² e população estimada de 41.658 pessoas (IBGE, 2023). A sede municipal possui vegetação do tipo cerrado, tendo como espécies mais encontradas na região Araticum, Ipê Amarelo, Sucupira Preta, Murici, Pequi, Faveira e o Ipê. Em relação aos tipos de Palmáceas que possuem na região de Coelho Neto, são: o buriti, carnaúba, e o babaçu. (CORREIA FILHO *et al.*, 2011).

O babaçu é uma vegetação predominante na região, tornando-se uma palmeira de suma importância para muitas famílias que residem em comunidade quilombolas deste município que somam um total de 25, são: Bahia, Baluarte, Barro Vermelho, Cafundó,



Bastião, D'água Grande, Calumbi, Pindaré, Canoa, Santana Velha, Centro do Grotão, Sobrado I, Cocal, Conga, Cruz, Encantado, Escondido, Matapasto, Quatis, Refugio, Santa Maria de Cima, São Pedro, Sapucaia, Selva e Taboca (ARAÚJO *et al.*, 2023).

Posto isto, a metodologia deste trabalho seguiu em etapas, no qual temos: a primeira etapa ocorreu o levantamento bibliográfico sobre Territorialidade das quebradeiras de coco, onde foram utilizados autores como Haesbaert, Manuel de Andrade, Carlos Fortuna, dentre outras fontes. Logo após esse processo, partiu-se para a segunda etapa, que foi realizada a leitura, análise e interpretação desse material separadamente, no qual foram coletados os dados para serem usados na pesquisa.

Na terceira etapa, foram feitos os trabalhos de campo na comunidade de Quatis, onde pudemos realizar entrevistas com as quebradeiras de coco babaçu, nos meses de agosto, dezembro de 2024 e maio de 2025. Essas entrevistas foram realizadas em conjunto com a observação participante, no qual constitui-se “na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada” (GIL, 2008, p. 103). Ou seja, foi feita a observação da comunidade para obter informações em relação a territorialidade das mulheres que quebram coco nesta comunidade e conhecer mais sobre a vida destas mulheres e acerca do seu lugar de vivência, observação participativa foi realizada com 5 mulheres que conseqüentemente foram 5 famílias, também foram realizadas fotografias da paisagem e de utensílios usados por essas famílias para coleta do arroz, feijão, coco babaçu, etc..

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do território no campo da Geografia exige superar a visão reducionista que o trata apenas como espaço físico delimitado ou como recorte administrativo. O território, conforme enfatiza HAESBAERT (1994, p. 3), “é um composto entre as ideologias e as materialidades”, sendo resultado da interação entre as dimensões políticas, econômicas, culturais e afetivas. Essa abordagem é essencial para entender a realidade das quebradeiras de coco babaçu, cuja territorialidade vai muito além da superfície do solo, incorporando significados, memórias e práticas construídas ao longo de gerações.

GODOI (2014) complementa essa visão ao afirmar que o território “é organizado discursivamente” e que sua compreensão deve considerar os sentidos que as populações lhe atribuem. No caso das quebradeiras, isso implica analisar a ligação profunda que elas estabelecem com os babaçuais, não apenas como fonte de renda, mas como espaço de



identidade e de pertencimento. Trata-se, como destaca FORTUNA (2012), de compreender o território também como algo imaterial, manifestado nas vivências e nas identidades coletivas.

O território das quebradeiras de coco babaçu possui uma dimensão material concreta, que se expressa no acesso e uso dos babaçuais, na produção e no beneficiamento do fruto. Contudo, ele é igualmente constituído por dimensões imateriais, como a memória, a oralidade e os vínculos afetivos. HAESBAERT (1994, p. 8) ressalta que “os afetos e a consciência dos atores sociais os fazem decidir entre apropriar-se, permanecer ou excluir-se de determinado território criando assim suas territorialidades”. Para essas mulheres, permanecer significa resistir, manter viva a prática extrativista e defender o acesso livre às palmeiras.

ALMEIDA (1995) descreve o babaçu como um recurso estratégico para a subsistência de milhares de famílias no Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. O coco fornece matéria-prima para múltiplos usos: óleo, carvão, artesanato e alimentação. Mas, para além da função econômica, ele estrutura as relações sociais dentro das comunidades, marcando ritmos de trabalho e formas de cooperação.

A territorialidade das quebradeiras não é apenas um produto espontâneo do uso do espaço, mas também o resultado de intensa organização política. O estudo sobre a organização das quebradeiras de coco evidencia que elas criam associações e integram movimentos como o *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB), que atua desde a década de 1990 na luta pelo reconhecimento dos territórios e pela garantia de acesso livre aos babaçuais (SHIRAISHI NETO; REZENDE, 2010).

Essas ações se materializam em iniciativas legislativas, conhecidas como “leis do babaçu livre”, que proíbem a derrubada das palmeiras e garantem o direito de entrada em áreas privadas para coleta do coco. Tais conquistas demonstram o que HAESBAERT (2004) chama de “territorialidades ativas”, nas quais a apropriação do espaço é acompanhada de práticas políticas que asseguram a permanência e o controle sobre o território.

PORRO (2021) reforça que essas mobilizações têm forte dimensão de gênero, pois o trabalho do babaçu é predominantemente feminino. Ao organizarem-se, essas mulheres não apenas defendem seu sustento, mas também afirmam seu papel político, desafiando estruturas patriarcais e econômicas excludentes.

FUINI (2014) propõe a análise das microterritorialidades para compreender os espaços do cotidiano e suas múltiplas funções. No caso das quebradeiras, esses microterritórios incluem desde as áreas de babaçual — onde ocorre a coleta — até os quintais produtivos, casas de farinha, locais de beneficiamento e pontos de encontro comunitários. Cada um desses



espaços possui usos e significados próprios, que fortalecem a coesão social e a autonomia econômica.

Esses microterritórios também são espaços de aprendizagem e transmissão cultural. É neles que se ensina às novas gerações as técnicas de quebra do coco, o aproveitamento integral do fruto e os valores de solidariedade e cooperação. Como destaca GODOI (2014), essa dimensão simbólica é parte constitutiva do território, pois garante a continuidade das práticas e a reprodução das identidades.

A memória ocupa papel central na territorialidade das quebradeiras. As narrativas sobre as lutas pelo babaçu livre, as histórias de resistência contra cercamentos e a recordação de antepassados que viveram do extrativismo são constantemente recontadas. Essa memória coletiva, segundo HAESBAERT (1994), é uma das forças que “alimentam e reproduzem” a territorialidade, tornando o território não apenas um espaço físico, mas também um lugar carregado de histórias e significados.

FORTUNA (2012) argumenta que a identidade coletiva é fortalecida quando o grupo compartilha experiências comuns, e no caso das quebradeiras isso se dá tanto no trabalho diário quanto nas mobilizações políticas. A própria figura da “quebradeira” ultrapassa a função econômica para se tornar um símbolo de resistência, associado à preservação ambiental e à defesa dos modos de vida tradicionais.

A análise da territorialidade das quebradeiras de coco babaçu, à luz do referencial teórico do capítulo “*O Território em Questão*”, evidencia que o território deve ser entendido como uma construção social complexa, que integra dimensões materiais e imateriais, econômicas e simbólicas, individuais e coletivas. É um espaço vivido, onde se entrelaçam memória, identidade, trabalho e luta política.

Com base em HAESBAERT (1994), FORTUNA (2012), GODOI (2014), FUINI (2014), ALMEIDA (1995), PORRO (2021) e SHIRAISHI NETO e REZENDE (2010), percebe-se que a territorialidade das quebradeiras é resultado de um processo histórico de resistência frente à exclusão econômica, à apropriação privada de recursos naturais e à invisibilidade social. Ao apropriarem-se do território de forma ativa e consciente, essas mulheres reafirmam diariamente que o território não é apenas o chão que se pisa, mas o conjunto de relações, afetos e lutas que nele se inscrevem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



De acordo com GODOI (2014, p.9-10) “[...] Território toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente, sobretudo, quando se trata de territórios de povos para os quais a tradição oral ancorada na memória social tem peso importante [...]”, nesse contexto territorialidade também compreende a “questão fundiária”, pois se refere à terra e seus usos. Logo, indígenas e quilombolas têm o lugar que segue sendo primordial para a organização social e a criação identitária. Pois, indígenas e quilombolas têm o território não somente por uma ligação a um lugar particular, mas é uma relação entre pessoas e se trata da organização do espaço carregada de história (GODOI,2014).

Nessa perspectiva, a observação participativa foi realizada na comunidade Quilombola Quatis que fica localizada na zona rural do município. A comunidade fica a 11 km do município, próxima à rodovia estadual 034. Na comunidade, de acordo com a associações de moradores/ trabalhadores rurais da comunidade, há 25 famílias, composta por crianças, adolescentes, pessoas entre 30 a 50 anos e idosos, economicamente essas famílias sobrevivem de programas sociais como o bolsa família, os idosos têm como renda a aposentadoria, ademais possui famílias que desenvolvem atividades agropecuária e que complementam a renda trabalhando na roça.

Posto isso, a observação foi realizada especificamente com 5 mulheres quebradeiras de cocos da comunidade, todas mulheres adultas e idosas. Durante a observação e com falas destas mulheres foi possível notar que a família destas mulheres tem a terra como principal meio de sobrevivência, visto que essas mulheres fazem a quebra do coco babaçu (Figura 1) e fazem uso de derivados como o azeite, leite do coco, utilização da casca do coco babaçu para fabricação de carvão, todos estes usos as mesma utilizam para subsistência, não tendo nenhum lucro dessa atividade do extrativismo do babaçu.

Como afirma PORRO (2021) a amêndoa de babaçu é um dos principais produtos da extração vegetal no Brasil, produção esta realizada pelo trabalho de mulheres quebradeiras de coco que residem em comunidades tradicionais situadas nas áreas de ocorrência dos babaçuais. Desse modo, as mulheres quebradeiras de coco afirmam que não vendem os produtos porque não tem lucratividade, visto que as pessoas não querem dar o preço pedido, ou seja, não é uma atividade valorizada pela população do município.

Figura 1: Coco babaçu

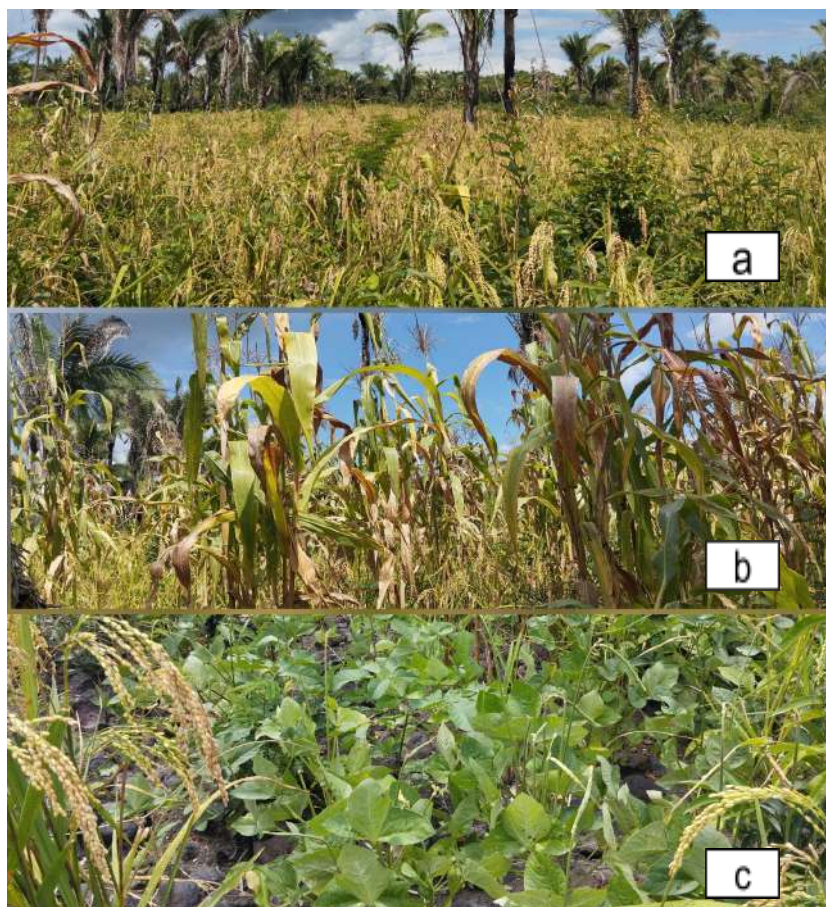


Fonte: Os autores (2025).

Logo, durante a visita na comunidade foi possível observar que os esposos/companheiros dessas mulheres também tiram seu alimento da roça, ou seja, também fazem uso da terra como meio de sobrevivência com o plantio do arroz (Figura 2a), milho (Figura 2b), feijão (Figura 2c), maxixe, quiabo, pepino, melancia, entre outros alimentos que tais famílias fazem uso. Normalmente estas famílias costumam fazer o “broque” da roça, termo usado por essas famílias da comunidade, no qual consiste em limpar a terra onde será feito o plantio tirando toda a vegetação com a utilização do fogo e de equipamentos como foice, machado e facão.

Como aponta TAVARES (2008, p.247) “[...] o broque, [...] consiste na derrubada de matos, cipós e arbustos, preservando os babaçuais. O material é enfileirado ao longo do terreno para que possa servir como adubo orgânico e para evitar a perda de nutrientes”. Esse processo costuma ocorrer nos meses de setembro, outubro e novembro, mas os moradores frisam que o adequado seria no mês de julho, agosto e setembro. Vale destacar que o cuidado com a terra não é realizado aleatoriamente, pois é um trabalho que faz parte do conhecimento adquirido com as experiências vividas e socializadas com os vizinhos. (AMARAL, 2018).

Figura 2: Roça com plantação de alimentos na comunidade Quatis: a) arroz b) milho, c) feijão.



Fonte: Os autores (2025).

Desse modo, de acordo com essas famílias, no mês de dezembro faz-se o plantio de sementes como melancia, pepino, abóbora e maxixe. E em janeiro o arroz, mandioca, milho, feijão, fava, etc., a colheita acontece em maio. Assim sendo, essas famílias têm a terra como principal fonte de subsistência, pois é dali que tiram seu alimento para se sustentarem, pois é muito rara as vezes que os mesmos conseguem vender alguns desses alimentos.

Outro ponto a ser destacado é que a comunidade também faz uso do cofo (Figura 3a), utensílio usado para colocar o arroz após ser colhido e o coco babaçu. Além do mais, com a visita na comunidade idem foi possível observar uma casa no meio da roça chamada pela comunidade de “paió” utilizado para guardar o arroz após a colheita, antes do processo de retirada do alimento da roça (Figura 3b).

Figura 3: a) Cofo utilizado para colocar o arroz após a colheita e o coco babaçu; b) “paió” para guardar o arroz após a colheita.



Fonte: Os autores (2025).

Mas vale ressaltar, que não se pode atribuir a essas famílias a territorialidade apenas como a utilização da Terra, pois também possui o pertencimento de lugar, onde essas famílias possuem sua cultura, uma história para ser lembrada, como aponta GODOI (2014,p.11) “noção de territorialidade pode nos ajudar a compreender a “questão fundiária”, posto que também se refere à terra e seus usos, não se reduz a ela”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente a produção da territorialidade enquanto marca da identidade das mulheres quebradeiras de coco e suas famílias, pois os mesmos fazem uso da terra para diversos fins, como a extração do coco babaçu realizado pelas mulheres e o cultivo de alimentos realizados pelos homens nas roças.

Logo, ficou evidente a grande importância da terra para essas famílias, pois é desse meio que tiram o seu alimento que usam principalmente para subsistência. Também ficou evidente como o lugar em que vivem fazem parte da sua cultura, pois essas famílias vivem nessa terra desde crianças e ali criaram seus filhos e vivem atualmente.

Desse modo, a questão da territorialidade para essas famílias vai além de apenas o



uso da Terra, há também o lugar de pertencimento ao local que esse povo vive. Logo, a coleta do coco babaçu idem faz parte da geração dessas famílias, visto que a quebra do coco é uma atividade que passa de geração para geração, mas nessa comunidade a tradição da quebra do coco babaçu vem se perdendo, visto que só há cinco mulheres que praticam a atividade, isso mostra uma diminuição de mulheres que fazem a quebra do coco, não tendo nenhum jovem.

Portanto, nota-se que a tradição da quebra do coco babaçu dentro dessa comunidade vem se perdendo, pois há uma necessidade de investimentos de políticas públicas para a comunidade para apoiar essas famílias, que ainda fazem a atividade do extrativismo do coco babaçu, assim como utilizam do plantio na roça para subsistência. Essa política pública é necessária também para apoiar esses jovens dentro da comunidade, para que os mesmos não precisem se deslocar do seu local de vivência/pertencimento por falta de oportunidade dentro da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Babaçu livre: as quebradeiras de coco babaçu e a luta pela terra**. São Luís: MIQCB, 1995.

AMARAL, Mayka Danielle Brito. **Reforma agrária e reconhecimento: o caminho da autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do Papagaio**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10072018-182409/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ARAÚJO, Daisy Damasceno *et al.*. Quilombolas, quilombolas, quilombolas de verdade: mapeamento das Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQS) em Coelho Neto – MA. In: ANAIS DO UNIVERSO IFMA, 2022. Grajaú. **Anais [...]**. Grajaú: Even3, 2023. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/universo2022/590156-QUILOMBOLAS-QUILOMBOLAS-QUILOMBOLAS-DE-VERDADE--MAPEAMENTO-DAS-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-\(CRQS\)-](https://www.even3.com.br/anais/universo2022/590156-QUILOMBOLAS-QUILOMBOLAS-QUILOMBOLAS-DE-VERDADE--MAPEAMENTO-DAS-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-(CRQS)-). Acesso em: 15 dez. 2024.

CORREIA FILHO, Francisco Lages; GOMES, Érico Rodrigues; NUNES, Ossian Otávio; LOPES FILHO, José Barbosa. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Coelho Neto**. Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011. 42 p.

FIABANI, Adelmir. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. **Estudios históricos**, [S.l.], v. 2, p. 1-18, 2009. Disponível em: https://estudioshistoricos.org/edicion_2/adelmir_fabiani.pdf Acesso em: 8 dez. 2024.



FORTUNA, Carlos. **Sociologia da vida urbana**. Coimbra: Almedina, 2012.

FUINI, Lucas. **Microterritorialidades urbanas e geografias da vida cotidiana**. Geografia em Questão, v. 7, n. 2, p. 97-111, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GODOI, E. P. de . Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 8–16, 2014. DOI: 10.37370/raizes.2014.v34.411. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/411>. Acesso em: 29 abr. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: entre as redes e os territórios**. Niterói: EDUFF, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**: Coelho Neto Maranhão. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/coelho-neto/panorama> . Acesso em: 24 mar. 2024.

MACIEL, Silvana Araújo; SANTOS, Raimundo Wilson Pereira dos. Os caminhos para a titulação de territórios remanescentes quilombolas no Brasil. **Revista Campo-território**, Uberlândia, v. 15, n. 38, p. 52-80, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/53934>. Acesso em: 14 jan. 2024.

PORRO, Roberto. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas no Maranhão. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021. p. 151-156.

PORRO, Noemi. **Gênero, poder e sustentabilidade: mulheres trabalhadoras extrativistas no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v. 29, e76057, 2021.

RAMALHO, Alessandra Albuquerque. **As comunidades remanescentes quilombolas no Roteiro da Missão Cruls: o (re)conhecer do território**. 2015. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16241?locale=pt_BR. Acesso em: 01 fev. 2025.

SANTOS, Luana Maria Sousa; FIGUEIREDO, Luciano Silva; LIMA, Maria da Vitória Barbosa; GOMES, Rafael Marques; SOBRINHO, Denise Castro. As mãos que produzem as ervas são as mãos que embalam a cura. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA SOCIAL DOS SERTÕES: TERRITORIALIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS, 3., 2024, Florianópolis. **Anais [...]**. Teresina, FUESPI, 2025. Disponível em: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/view/226/212/1163-1> Acesso em: 8 dez. 2024.



SHIRAISHI NETO, Joaquim; REZENDE, Márcia. **As Leis do Babaçu Livre e a proteção dos meios de vida tradicionais**. Brasília: CPI-SP, 2010.

TAVARES, João Claudino. **Universalidade e singularidades do espaço transitório**: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 – 2000). 362f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Os diferentes caminhos para o resgate dos territórios quilombolas. **Boletim Informativo NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações**

Interétnicas, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 111-120, 2005. Disponível em:

https://nuer.ufsc.br/files/2014/04/w-wsptjzruz_boletim_nuer_2.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.

⁴ Essa pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES) - Brasil.